

# CONJUNTURA PANDÊMICA: CENÁRIOS DE DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO

Cilésia Lemos

Mestranda em Educação/ Bolsista CAPES/ PPGE/UFES

[cilesia.lemos@edu.ufes.br](mailto:cilesia.lemos@edu.ufes.br)

**Resumo:** O breve texto em formato de ensaio tem como objetivo refletir sobre as principais medidas adotadas para educação no contexto de pandemia. Buscamos a partir de uma contextualização e organização de alguns fatos e eventos ocorridos nesses meses de isolamento social, compreendermos como esta crise sanitária tem afetado a educação, como também, assinalar algumas ações adotadas durante este período pelo governo do Estado do Espírito Santo ao que condiz a educação básica.

**Palavras-chave:** Educação básica, pandemia, desigualdades.

## 1. Introdução

A pandemia do novo Coronavírus (SARS- CoV-2/ Covid-19) assolou o mundo no ano de 2020, com o primeiro caso notificado na província Wuhan na China ainda no final do ano de 2019, em pouco tempo atingiria todo o resto do globo. No Brasil, o registro da primeira morte em doze de março de 2020, o vírus desnudou as intensas desigualdades no país, e escancarou o descaso e a falta de orientação nacional no seu enfrentamento, como em ações conjuntas com os entes federativos principalmente as relativas ao âmbito educação. Para Caroline Catini o debate e discussão sobre a educação no período pandêmico (2020, s.p) “se reduz às questões da educação a distância, do ensino remoto, da validação das horas e das cargas didáticas”. Para esta autora, o momento de confinamento acelerou e tornou mais intenso o uso das tecnologias nas relações educativas.

Neste período de excepcionalidades, emergiram-se os problemas estruturais dos nossos sistemas de ensino, agravando-os e aprofundando ainda mais as disparidades entre os sistemas públicos e privados. E também, como o ensino remoto foi encarado por cada um. Estes aspectos demonstram como os direitos de acesso<sup>1</sup>, permanência e de condições materiais essenciais aos processos de ensino e aprendizagem possuem um abismo de distância entre eles.

<sup>1</sup>OLIVEIRA, Élide. Quase 40% dos alunos não têm computador ou tablete em casa, aponta estudo. G1. Educação. 09/06/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/09/quase-40percent-dos-alunos-de-escolas-publicas-nao-tem-computador-ou-tablet-em-casa-aponta-estudo.ghtml> Acesso: 08 de out. 2020.



A crise de saúde e sanitária deu-se em escala mundial, seus impactos reverberaram em diferentes âmbitos sociais. Os países desenvolvidos e do velho continente também sofreram forte impacto da pandemia, e não conseguiram com suas políticas neoliberais e ausência de uma saúde pública<sup>2</sup> e universal conter os impactos dos meses de isolamento social, refletindo nos altos índices de mortes, e de desemprego. Os efeitos duradouros dessa crise têm levado a uma crise econômica e social, em que os grupos historicamente minorizados sofrem os efeitos de forma mais agravada.

No Brasil, dada à conjuntura de crise anterior a pandemia, atingindo não só a política e economia, contam também com altos índices de desemprego, as influências das Fake News na sociedade, - o que explicaria os movimentos de negacionismo científico -, além de ações (de governo) que desmobilizaram ações de controle e enfrentamento ao vírus.

O campo da educação, devido à ausência de uma política educacional de enfrentamento unificada pelo poder federal, condicionou um cenário ainda mais complexo. Com as atividades presenciais suspensas nos diferentes níveis de ensino, a adoção das tecnologias da informação como substitutivas dos processos educativos presenciais fez-se indispensável frente ao contexto vivenciado, contudo, como sinaliza Reis (2020), é preciso,

[...] atentar para o fato de que nem todos/as têm acesso aos meios e aos instrumentos necessários para serem digitalmente integrados/ as nessa modalidade de ensino; e, ainda que tenham acesso, isso não significa que dominem plataformas e linguagens digitais, sequer que disponham das condições mínimas para um processo significativo de ensino-aprendizagem em suas residências e territórios – tanto no que concerne à disponibilidade de infraestrutura dos dispositivos de acesso ao ambiente digital, quanto às condições para o acesso efetivo, isto é, a posse e o uso pessoal dos dispositivos digitais (REIS, 2020, p.2-3).

No entanto, o que se têm visto, - além da falta de orientação nacional- foi: a adoção de propostas emergenciais que desconsideraram as distintas realidades (sociais) das comunidades escolares; um impulsionamento da privatização do ensino superior, demissões em massa de professores da educação básica<sup>3</sup> e superior<sup>4</sup> em meio à pandemia.

<sup>2</sup>CÔRREA, Alessandra. A ameaça do coronavírus nos EUA, onde milhões não têm licença médica nem saúde pública. BBC Brasil. Saúde. 05/03/2020 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2020/03/05/coronavirus-com-milhoes-sem-licenca-medica-sem-cobertura-publica-de-saude-potencial-de-disseminacao-e-imenso-nos-eua.htm> Acesso: 08 out.2020.

<sup>3</sup>PALHARES, Isabela. Professores de escolas privadas ficam sem emprego durante a pandemia. Folha de São Paulo. Educação. 30/08/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/08/professores-de-escolas-privadas-ficam-sem-emprego-durante-a-pandemia.shtml> Acesso: 08 out.2020.



Além das dificuldades listadas, a aplicação do Enem/2020 mobilizou um intenso debate sobre o adiamento das datas das provas, pois, maioria do alunato brasileiro (que acessa o ensino superior através do exame) é proveniente do sistema público de ensino, como vimos, têm tido oportunidades diferenciadas frente aos concorrentes das escolas privadas. A discussão sobre o adiamento das provas, (realizado frente à pressão de diferentes setores da sociedade) confirmadas pelo MEC para janeiro e fevereiro do ano de 2021, contraria o resultado da enquete realizada pelo ministério com os inscritos confirmados, em que 50% votaram, para que a prova fosse aplicada em maio do ano de 2021.

Entidades destacam que além do risco de contágio (durante as provas) as desigualdades vão se manifestar nos resultados e no acesso ao ensino superior. Durante o mês de maio, quando a discussão do dia girava em torno sobre as mudanças de datas das provas do principal meio de acesso a universidade, o então ministro<sup>5</sup> da educação, corroborando com as ações de manutenção dos dias do exame, advertiu: “O Enem não veio reparar desigualdades”. Diante a essas posturas (ou da ausência delas), pode-se supor que o projeto de educação vigente no país atualmente têm se afastado de preceitos que a considera como um direito de todos.

## 2. Ações de enfrentamento da pandemia na educação: o caso do ES

No ES, como em outros estados do país medidas foram tomadas para sanar as suspensões das aulas presenciais na educação básica. Suspensas desde o dia dezesseis de março de 2020, foi adotado a partir do mês de abril o sistema EscoLar, recurso destinado a atividades pedagógicas não presenciais durante o período, segundo site da Secretária Estadual de Educação do Espírito Santo, o

<sup>4</sup> VIEIRA, Barbara Muniz. G1. São Paulo. Faculdades particulares lotam salas e demitem mais de 1600 professores. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/02/faculdades-particulares-de-sp-lotam-salas-virtuais-com-ate-180-alunos-e-demitem-mais-de-1600-professores-durante-pandemia.ghtml> Acesso: 08 out.2020.

<sup>5</sup> O ex-Ministro da Educação Abraham Weintraub em entrevista a CNN Brasil, afirma que não vê necessidade no cancelamento das datas de provas do Enem, pois segundo o mesmo as provas só serão aplicadas no fim do ano. Caso a pandemia se estenda até o mês de agosto, de acordo com o ministro o cancelamento das provas seria uma opção, não existindo razão para o cancelamento/adiamento agora. Disse ainda, que os movimentos que tem se manifestado são provenientes da oposição, e possuem caráter político e econômico, “[...] o ministro ainda afirmou que o **Enem** “não é feito para atender injustiças sociais e, sim, para selecionar os melhores candidatos.”” MENDONÇA, Ana. Weintraub sobre Enem não é feito para atender injustiças sociais. Estado de Minas. 15/05/2020. Disponível em:

[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/15/interna\\_politica,1147798/weintraub-sobre-enem-nao-e-feito-para-atender-injusticas-sociais.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/15/interna_politica,1147798/weintraub-sobre-enem-nao-e-feito-para-atender-injusticas-sociais.shtml) Acesso dia: 16 de mai. 2020.



“EscoLAR é o programa de Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs) instituído pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. O programa, regulamentado pela Portaria Nº 048-R, de 02 de abril de 2020, contempla um conjunto de recursos capaz de apoiar as escolas e os professores a dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem por meio da complementação das aprendizagens já adquiridas e do desenvolvimento de novas aprendizagens por parte dos estudantes, favorecendo também o reforço escolar (SEDU, 2020)<sup>6</sup>.

Nesta modalidade, também foi disponibilizado aos alunos pelo governo do estado a “transmissão dos conteúdos através da TV aberta e na utilização da plataforma Google Sala de Aula, por meio do aplicativo “EscoLAR”, desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação (Prodest) (SEDU, 2020, s.p)<sup>7</sup>.

Outras ações foram feitas, como: distribuição de cestas básicas para os alunos<sup>8</sup> durante os meses pandemia, cursos de formações on-line para professores da rede<sup>9</sup>. No entanto, desde a implantação do sistema de ensino remoto, muitas queixas sobre a falta de acesso de todos os alunos pela internet<sup>10</sup>; aumento de carga horaria de trabalho dos professores foram relatadas. Além disso, há relatos de muitos docentes que não possuíam afinidades com uso das tecnologias e sentiram dificuldades em seu trabalho com a educação remota. Somados a isso, a onda de políticas de neoliberalização (LAVAL, 2019) e a constante mercantilização dos processos educativos na atualidade, tem levado a apreensão da possibilidade destas tendências num futuro pós pandemia “se generalizar e se tornar permanente” (CATINI, 2020, s.p) a exemplo do que já ocorre na EJA no estado, funcionando na modalidade semi-presencial, e da homescholing cada vez mais impulsionada no país.<sup>11</sup>

Neste contexto, o EscoLar com suas APNPs foram mantendo certa “rotina pedagógica” entre alunos e professores. Contudo, com a diminuição do número de mortes e

<sup>6</sup>SEDU. O que é o programa EscoLar. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/escolar/o-que-e-o-programa-escolar> Acesso: 08 out.2020.

<sup>7</sup>SEDU. Governo lança programa de atividades não presenciais para alunos da rede estadual. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-lanca-programa-de-atividades-pedagogicas-nao-presenciais-para-alunos-da-rede-estadual> Acesso: 08 out.2020.

<sup>8</sup> “o Governo do Estado garantirá a entrega das cestas básicas a 102.889 alunos da Rede Estadual de Educação no mês de maio. [...] e contemplará estudantes cujos responsáveis estão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). SEDU. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-disponibiliza-cestas-basicas-a-102-889-alunos-da-rede-estadual> Acesso: 08 out.2020.

<sup>9</sup>SEDU. Sedu lança formação para professores em plataforma de apoio nacional. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sedu-lanca-formacao-para-professores-em-plataforma-de-apoio-nacional> Acesso: 08 out.2020.

<sup>10</sup> Os alunos que não possuem acesso ao EscoLar e as TICs foram orientados a retirarem as atividades semanais nas escolas de forma impressa.

<sup>11</sup>BRASIL. Câmara dos deputados. Deputados defendem regulamentação do ensino domiciliar no país com apoio do governo. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/694872-deputados-defendem-regulamentacao-do-ensino-domiciliar-no-pais-com-apoio-do-governo> Acesso: 08 out.2020.



de contágios as medidas de isolamento social foram afrouxando, culminando na abertura de comércios e setores industriais, e a pressão para abertura de creches (para receber os filhos dos trabalhadores retornando às suas atividades), como as escolas e faculdades privadas, fez com que o governo do estado elaborasse um plano de retorno<sup>12</sup>, ocasionando apreensão sobre toda a comunidade quanto às condições de segurança ao contágio no ambiente escolar.

A proposta de ensino híbrido instituído pelo plano de retorno institui a continuidade das atividades APNPs (que passou a ser computada como letiva apenas em julho, segundo o plano, p.4) e os outros recursos disponibilizados, para complementar as atividades de encontros presenciais.

Todavia, o trecho presente no plano que surpreendeu os educadores refere-se ao que Catini (2020, s.p) denominou de uma “franqueza desumana no comunicado”, associando-a a lógica brutal que tem imperado nas políticas educacionais atuais e que de certo modo, banaliza a vida.

Havendo óbitos de alunos ou de profissionais da escola, e se for algo desejado pela comunidade escolar, o grupo pode organizar ritos de despedida, homenagens, memoriais, formas de expressão dos sentimentos acerca da situação e em relação à pessoa que faleceu, e ainda atentar para a construção de uma rede socioafetiva para os enlutados”. (Plano de Retorno às aulas presenciais da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo, 2020, p. 65).

Para a autora existe uma tendência a uma “naturalização da brutalidade na política educacional (que) encontra suas razões pedagógicas por estar relacionada ao experimento da introdução das ditas competências e habilidades socioemocionais nos conteúdos escolares” (CATINI, 2020, s.p). Essas competências buscam fabricar um sujeito que consiga dominar suas emoções e sentimentos frente a situações de crise, almeja a estabilidade individual independente do contexto que se insere, segundo Catini, remete a racionalidade do sujeito empresarial de Pierre Dardot e Christian Laval.

Diante deste quadro, frentes, coletivos de profissionais da educação e representantes da comunidade escolar (Coletivos: Lute; Educação pela Base; Lagebes/UFES; Adufes, Frente Popular em Defesa do Direito à Educação) têm se mobilizado em articulações com o estado (por meio de lives, debates, conversas e diálogos com especialistas em saúde pública e secretários de governo) com tentativas de negociações e respostas sobre a continuidade da

<sup>12</sup>SEDU. Plano de retorno. 2020. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/EscoLAR/PLANO%20DE%20RETORNO%20final.pdf> Acesso: 08 out.2020.



suspensão das aulas diante às incertezas da efetividade dos protocolos de biossegurança no espaço escolar dada a realidade das escolas capixabas.

### 3. Considerações finais

A conjuntura proporcionada pelo coronavírus e seus impactos na educação brasileira demonstram que a cada nova crise, os problemas estruturais de nossa sociedade e os que atingem a educação reaparecem de forma mais agravada, sinalizando que é de extrema urgência sua superação. Sinalizam também, que respostas emergenciais e pautadas apenas no interesse do mercado, não trazem resultados efetivos, mas sim, reforçam e agravam ainda mais as assimetrias e desigualdades.

Já é de amplo conhecimento as contribuições valiosas do uso das tecnologias na educação, e ao que proporciona ao processo educativo, contudo, se aliadas a estruturas e condições materiais que incluam alunos e professores a uma rede de compartilhamento de experiências realizando mediações através das ferramentas tecnológicas. Dentro do cenário atual, é preciso considerar que sujeitos estão sendo excluídos dos processos educativos e as condições dos profissionais de educação têm-se deteriorado.

É preciso neste momento de crise, criarmos oportunidades de nos reorganizarmos em torno de um projeto de luta pela educação que não deixe ninguém para trás, de vislumbrar um horizonte a ser construído a partir desse momento que caracteriza nossa conjuntura atual, no que diz respeito à educação e a todo o desmantelamento do Estado, para refletir sobre um novo caminho diante a essas adversidades.

### Referências

CATINI, Caroline. **O trabalho de educar numa sociedade sem futuro**. Blog da Boitempo. 05/06/2020 Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/05/o-trabalho-de-educar-numa-sociedade-sem-futuro/>

Acesso: 08 de out. 2020.

\_\_\_\_\_. **O brutalismo vai à escola.** . Blog da Boitempo. 13/09/2020

Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/09/13/o-brutalismo-vai-a-escola/> Acesso: 08 de out. 2020.

REIS, Diego dos Santos. **Coronavírus e desigualdades educacionais: reposicionando o debate**. Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-5, e-2020.15592.209209226414.0605, 2020. Disponível em: <http://www.uepg.br/olhardeprofessor> Acesso: 08 de out. 2020.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.